

CURSO: LETRAMENTO RACIAL PARA TRABALHADORES DO SUS

Racismo: estrutura e funcionamento no Brasil – parte II

Realização:



CAMPUS
VIRTUAL
FIOCRUZ



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Apoio:



FIOCRUZ



PROGRAMA
INOVA FIOCRUZ



SUS

MINISTÉRIO DA
SAÚDE



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Créditos

Ministério da Saúde

Nísia Trindade Lima – Ministra

Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Mario Moreira – Presidente

Cristiani Vieira Machado – Vice-
Presidência de Educação, Informação
e Comunicação (VPEIC)

Coordenação Geral

Regimarina Soares Reis

Letícia Batista da Silva

Coordenação Acadêmica

Regimarina Soares Reis

Marcos Vinícius Ribeiro de Araújo

Conteudistas

Regimarina Soares Reis – Escola

Politécnica de Saúde Joaquim

Venâncio (EPSJV /Fiocruz)

Letícia Batista da Silva – Escola

Politécnica de Saúde Joaquim

Venâncio (EPSJV /Fiocruz) e

Universidade Federal Fluminense

(UFF)

Campus Virtual FIOCRUZ

Ana Cristina da Matta Furniel –

Coordenadora Geral

Rosane Mendes – Coordenadora

Adjunta, Coordenadora da Plataforma
Educare

Renata Bernardes David –

Coordenadora de Produção

Juliana Dutra – Revisora Técnica de
Conteúdo

Bruno Alexandre de Oliveira –

Desenvolvedor

Eduardo Xavier da Silva –

Desenvolvedor

Adriano Lourenço – Analista de

Suporte

Orlando Terra – Analista de Suporte

Recursos Educacionais

Karoline Côrrea Trindade – Designer
Instrucional

Paola Trindade Garcia – Validação
Pedagógica

Jackeline Mendes Pereira – Designer
Gráfica

Talita Guimarães Santos Sousa –

Revisão Ortográfica

Apoio

Programa Inova Fiocruz

Edital Inova Educação – Recursos

Educacionais Abertos

Sumário

Apresentação	4
1. Racismo x Preconceito x Discriminação	5
2. Racismo à brasileira: “o país é racista, mas eu não”	24
Referências	32

Apresentação

Olá, profissional estudante!

Você já deve ter ouvido a frase: não existem diferentes raças, somos todos da raça humana, todos iguais. Essa é uma verdade biológica, mas não corresponde integralmente à complexidade social, cultural e histórica do surgimento da ideia de “diferentes raças”.

Entender o racismo no Brasil exige uma abordagem que considere tanto as dimensões históricas quanto as contemporâneas. Neste material, vamos explorar o conceito, a estrutura e o funcionamento do racismo, do preconceito e da discriminação no Brasil. Analisaremos também as diferentes formas de racismo, como o racismo religioso, recreativo e ambiental. Vamos lá?

Bons estudos!



OBJETIVO DE APRENDIZAGEM

Ao final da leitura, você será capaz de compreender os conceitos sobre racismo, preconceito e discriminação; entender o racismo institucional no SUS e o papel do profissional da saúde nesse processo.

1. Racismo x Preconceito x Discriminação

A ciência moderna aponta que, biologicamente o conceito de raça não existe, pois não há diferenças biológicas que apontem que um grupo racial seja significativamente diferente de outro, tampouco que um seja inferior ao outro. Contudo, há uma construção social e política sobre o conceito de raça.



Fonte: Adaptado de Freepik.

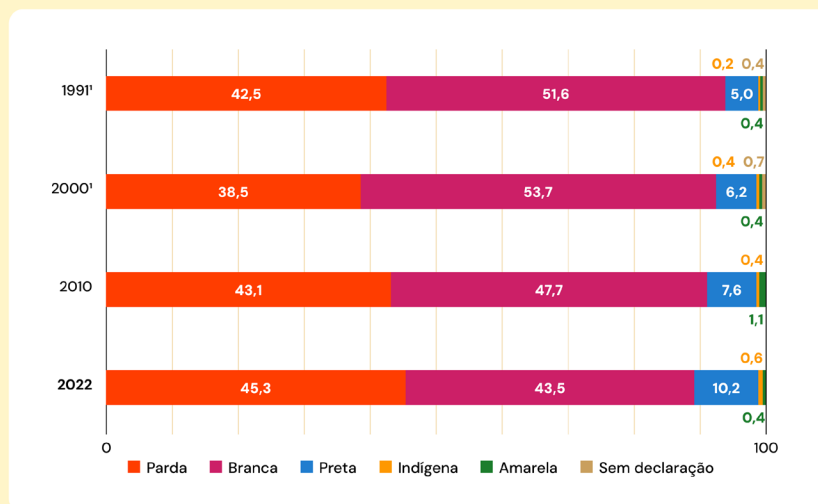
Historicamente, a noção de raça foi utilizada para naturalizar e legitimar desigualdades e violências sofridas por grupos considerados minoritários do ponto de vista sociológico. No Brasil, a maioria da população é negra, mas isso não significa automaticamente maior protagonismo de negros e negras, por exemplo no legislativo, no judiciário, nem mesmo no executivo ou na direção de serviços públicos como os de saúde.

Negros e negras são maioria em termos absolutos, mas minorias nas relações de poder presentes na sociedade.

Você sabia que no Censo Demográfico de 2022, 45,3% da população do país (cerca de 92,1 milhões de pessoas) se autodeclarou como parda? Enquanto 10,2% (20,6 milhões de pessoas) se declara preta; 0,8% (1,7 milhões) se autodeclara indígena; e 0,4% (850,1 mil) da população se declara amarela. A população autodeclarada branca corresponde a 43,5% da população do país (cerca de 88,2 milhões de pessoas). Abaixo você pode acompanhar as alterações na proporcionalidade das autodeclarações nos últimos 11 anos.

Proporção da população residente - 1991/2022 (%)

Por cor ou raça



O percentual de indígenas apresentado no gráfico foi calculado apenas pela declaração de cor ou raça, não representando o total da população indígena recenseada em 2010 e em 2022, que compreende aquelas declaradas pelo quesito de cor ou raça e aquelas declaradas por meio do quesito "se considera indígena". O total com o duplo critério de classificação representou 0,5% da população total em 2010 e 0,8% da população total em 2022.

¹ Em 1991 e em 2000 foram considerados os resultados da amostra.

Fonte: Adaptado de Belandi, C.; Gomes, I. Censo 2022: pela primeira vez desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Agência IBGE Notícias, 2023.

As análises de Munanga (2003, p. 6) nos ajudam a entender a complexidade desse processo, quando o autor aponta que o conceito de raça é:

“Determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Ou seja, os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc.”

Por isso que o conteúdo dessas palavras não pode ser compreendido de forma biológica, e deve incorporar sentidos políticos e ideológicos. Também por isso, não é possível fazer uma comparação imediata e direta entre a situação do racismo nesses países, pois é preciso considerar a formação de cada sociedade.



Fonte: Freepik.

RAÇA

“Raça” é um conceito vinculado às opressões, às hierarquizações e às desigualdades que dão sustentação para o desenvolvimento do colonialismo como base da expansão europeia no século XVI para outras partes do mundo. Ou seja, raça é um conceito inventado para justificar a manutenção da expansão de nações colonizadoras e a dominação de diversos povos.

NOÇÃO DE RAÇA

Apesar do descrédito do conceito pela ciência moderna em termos biológicos, a noção de raça persiste no imaginário social, incidindo concreta e fortemente na vida cotidiana de populações racializadas, como é o caso da população negra no Brasil. As iniquidades em saúde, por exemplo, expressam a materialização da ideia de raça, quando observamos que as pessoas negras estão em pior situação em praticamente todos os indicadores. Portanto, para superar a noção de raça, entendemos que é preciso antes assumi-la, como presente e produtora de desigualdades, racializando os debates e as práticas.



Fonte: Adaptado de Starline. Freepik.



PARA SABER MAIS

Para entender um pouco mais sobre esse debate de raça e a sua noção na nossa sociedade, leia o texto “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”, do Prof. Dr. Kabengele Munanga (USP), publicado no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação.

[Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia](#)

Para aprofundarmos a compreensão da questão racial, é fundamental diferenciarmos três conceitos que estão relacionados entre si: racismo, preconceito e discriminação. Para isso, além de exemplos no âmbito da saúde, utilizaremos, conceitualmente, como referência, as análises de Almeida (2019).

RACISMO

Fenômeno sistêmico de discriminação com base na ideia de raça que se revela através de práticas (conscientes ou inconscientes) que definem privilégios ou desvantagens a partir do grupo racial ao qual pertençam. Relação de poder.

Exemplo: No meu exercício profissional no campo da saúde, ao atender um homem negro eu deixo a porta da sala aberta, afinal pessoas negras são tidas como mais violentas. No exercício da minha função gestora na saúde, durante reunião sobre o Plano Municipal de Saúde, não me manifesto sobre a necessidade de identificar a situação de saúde da população negra, nem em prever ações de promoção da igualdade racial na saúde, afinal, o SUS é universal, para todos.

PRECONCEITO

Julgamento prévio baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado (grupo submetido a processos sociais que lhes atribuem identidades raciais e/ou étnicas com as quais eles não se identificam), julgamentos estes que podem ou não resultar em práticas discriminatórias.

Exemplo: Sendo paciente/usuário, pressuponho que o médico só pode ser branco. E, caso seja negro, não será um bom profissional. No meu exercício profissional no campo da saúde, eu recebo um paciente/usuário de cabelos crespos e, ao olhá-lo, identifico seu cabelo como sujo.

DISCRIMINAÇÃO

A prática do tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados, podendo ser direta ou indireta. A discriminação direta acontece através de repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial. A discriminação indireta é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada.

Exemplo: No meu exercício profissional no campo da saúde, atuando com pacientes/usuárias negras no momento do parto, eu atuo com a ideia de que mulheres negras são mais “fortes”, portanto suportam dor de uma forma diferente das pessoas brancas. Precisam menos de recursos anestésicos. Como dirigente/diretor de um serviço de saúde entendo que, embora determinado profissional negro tenha qualificação e tempo de serviço adequados ao exercício da função de chefia, não será promovido, pois não tem “cara” de coordenador.

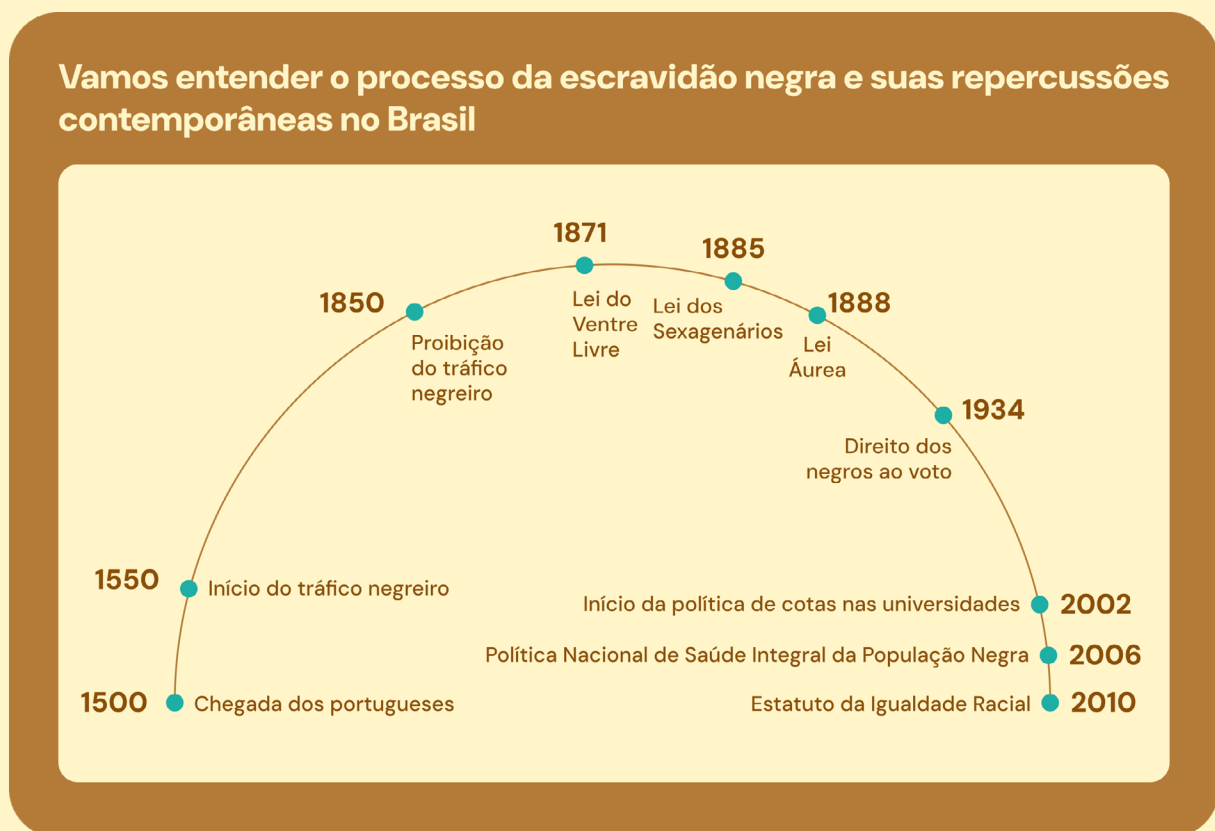


IMPORTANTE

O preconceito e a discriminação podem ocorrer baseados em várias outras motivações: ser mulher, ser Pessoa com Deficiência, ser uma pessoa gorda, ser uma Pessoa com Nanismo, ser uma pessoa com transtorno psiquiátrico etc. Mas quando falamos de discriminação e preconceito relacionados à raça, resgatamos não só todo o processo histórico sofrido pela população negra, mas também os mecanismos de manutenção da organização da nossa sociedade, que é baseada na hierarquia de raças.

O que o racismo, o preconceito e a discriminação têm em comum? Racismo, preconceito e discriminação estão associados à ideia de raça, assim como ao processo de racialização de determinados grupos. Este processo foi alimentado no Brasil em 388 anos de escravidão, realizada com brutal violência, e é atualizado na contemporaneidade com a manutenção da subalternização da população negra na sociedade.

Vamos entender o processo da escravidão negra no Brasil? Os marcos da linha do tempo abaixo destacam momentos importantes.



Com o processo que dá fim à escravidão, quando o escravizado se torna um trabalhador livre, o estado brasileiro passa a induzir a vinda dos imigrantes europeus, especialmente italianos e alemães, para ocuparem as funções dos ex-escravizados (Kowarick, 1994; Fernandes, 2008).

Esse processo foi parte de uma política de embranquecimento (ou branqueamento) da população brasileira, partindo-se da ideia e do projeto de constituir uma nação dita superior tomando o europeu como ideal de civilização.

Clóvis Moura (2020), dentre outras questões, tratou de algumas das diferenças entre o tratamento oferecido ao imigrante e ao escravizado, vejamos a seguir:

	Imigrante	Escravizado
Relação familiar	Preservava seu grupo familiar.	Vivenciava não só a destruição do seu grupo familiar, mas também de sua linhagem.
Língua	Conservava sua língua originária.	Tinha sua língua apagada e era obrigado a utilizar a língua do senhor de escravizados.
Religião	Havia convergência entre a religião do imigrante e a praticada pelas elites brasileiras.	A religião do escravizado era tratada como bárbara e inferior.
Associação	Possuía direito a se organizar em associações culturais e de auxílio mútuo.	Não tinha nenhuma possibilidade de se organizar de maneira independente, a não ser de forma ilegal.
Tratamento dos meios de comunicação	A imprensa majoritária tratava o imigrante como um trabalhador superior.	O negro era tratado como um trabalhador inferior, biológica e culturalmente, para a realização do trabalho dito livre.
Acesso à terra	Constituindo-se em uma camada de pequenos proprietários.	Escravizados eram posse, assim como as terras. No período pós-abolição, já como pessoas livres, também lhes é negada a posse da terra.

Perceba então que, no Brasil, o desenvolvimento do mercado de trabalho, desde seu início, foi pautado em critérios raciais.

Reparação

Após a abolição, não houve qualquer reparação e foi negada a entrada formal de homens e mulheres negras no chamado mercado de trabalho livre, enquanto imigrantes passaram a se constituir como pequenos proprietários, partindo assim de um lugar social distinto e privilegiado.

Abolição

A abolição não mudou de forma qualitativa a estrutura desigual da sociedade brasileira, ao contrário, a mudança se deu no sentido da autopreservação do privilégio e da continuidade de desumanização de pessoas negras.



REFLETINDO

As desigualdades raciais no acesso ao trabalho e nas condições de vida são questões antigas? Já foram superadas ao longo do tempo?

Um breve exame da realidade das desigualdades raciais nos diz que não. Em síntese, o que queremos apontar é que o racismo e suas práticas não são questões superadas, pelo contrário, permanecem vivas socialmente e com consequências nefastas e violentas para a sociedade em geral. Entretanto, são os sujeitos negativamente racializados os que sofrem de maneira cotidiana seus efeitos.



Fonte: Freepik.



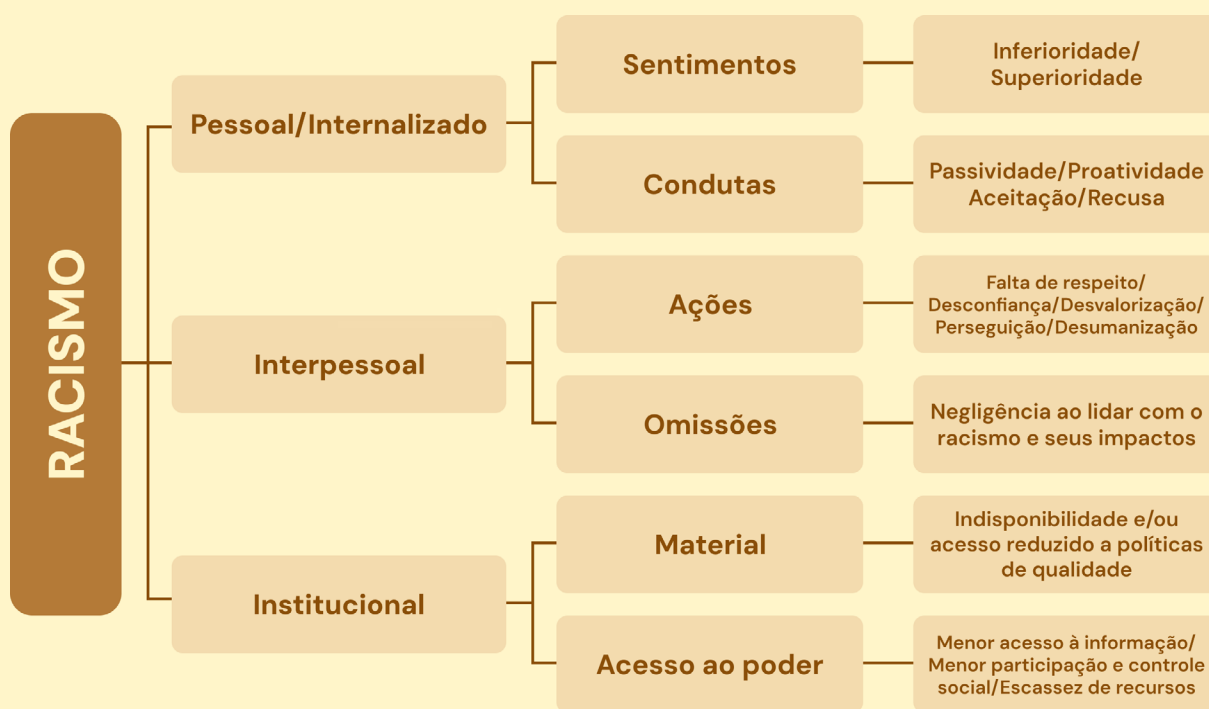
Fonte: Freepik.

Estamos acostumados a pensar que o racismo produz efeitos deletérios para a população negra, mas ainda muito pouco se fala que ele produz benefícios concretos e simbólicos para a população branca. Cida Bento (2002), ao estudar as manifestações da racialidade branca no discurso dos gestores de pessoal em duas prefeituras, nos chama atenção para a noção de privilégio.

Isso significa que todos os brancos possuem sentimento de rejeição aos negros e produzem discriminação com o objetivo de manter privilégios sociais? Não. O que a autora nos explica é que a ação de discriminação racial tem como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, mesmo que ela não seja apoiada em preconceito racial (sentimento de rejeição) ou que não seja intencional.

Assim, é possível que algumas pessoas que cultuam valores democráticos e igualitários, por exemplo, não se indignem e sejam omissas com a injustiça sobre aqueles que não são seus pares, apontando para um investimento na manutenção das melhores condições para o próprio grupo a que pertence, como um mecanismo de autopreservação silencioso.

A seguir, apresentamos uma sistematização de como o racismo pode se expressar na vida de indivíduos e grupos em três dimensões principais (Jones, 2002 apud Werneck, 2016):



Fonte: Adaptado de Werneck, J. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde Soc., v. 23, n.º 3, jul./set. 2016.

Essa não é uma divisão estanque, pois essas dimensões atuam ao mesmo tempo, definindo oportunidades e valores a pessoas e populações a partir de sua aparência (Werneck, 2016).



REFLETINDO

Quais elementos nos ajudam a entender o racismo institucional no SUS e o nosso papel nesse processo?

Alguns elementos-chave para essa análise são:



Fonte: Iwaria.

O SUS não está isolado das relações sociais, ao contrário, em seus avanços e desafios é expressão da sociedade em que está inserido. Será que quando situações oriundas de questões raciais se colocam é suficiente dizer: “no meu serviço é diferente, eu conheço meus colegas”, “aqui não tem racismo”, “aqui todos os profissionais são boas pessoas, inclusive trabalham a mais do que poderiam”, “isso tudo é um mal-entendido”. A resposta é não.

Racismo é uma expressão da estrutura social, econômica, histórica e ideológica da sociedade brasileira, portanto, também atravessa o Estado e as políticas públicas na sua concepção e na sua realização cotidiana, dentre elas o SUS.

O segundo elemento chave é: **o racismo atravessa usuários e usuárias do SUS.**

Algumas perguntas podem nos fazer refletir sobre como o racismo atravessa as experiências de usuários e usuárias do SUS, especialmente nas condições de vida, trabalho e moradia, como por exemplo:



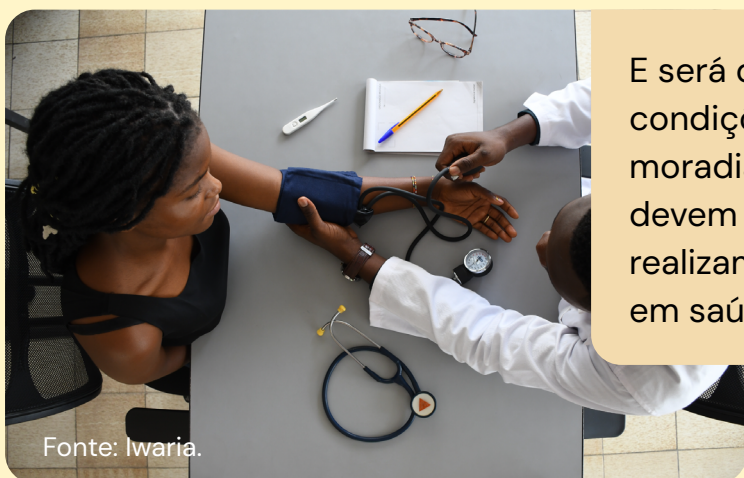
Fonte: Iwaria.

Será que para usuárias e usuários negros as condições de vida interferem no acesso ao SUS da mesma forma do que para usuárias e usuários brancos?



Fonte: Iwaria.

Será que o fato da maioria das populações de periferia no Brasil ser negra afetará como essas pessoas entendem o que é saúde e o que é um serviço de saúde?



Fonte: Iwaria.

E será que essas mesmas condições de vida, trabalho e moradia das populações negras devem ser consideradas quando realizamos a gestão e o trabalho em saúde?

Será que essas condições devem ser consideradas na forma como organizamos a porta de entrada, a dinâmica do atendimento (quem fala, quando fala, o que perguntamos, o tempo que dedicamos a escutar etc.), a marcação de consultas etc.? Ou será que as ideias de universalidade e igualdade já são suficientes? A resposta é não.



Fonte: Iwaria.



Fonte: Iwaria.

Como trabalhadores e trabalhadoras do SUS precisamos nos perguntar se de fato estamos trabalhando para promoção de um acesso universal e integral. Sem a compreensão e o exercício do princípio da equidade essa é uma tarefa impossível.

Cida Bento nos apresenta uma boa síntese sobre o papel das instituições:

“ As organizações são um campo fecundo para a reprodução das desigualdades raciais. E isto ocorre marcado por silêncio e neutralidade. As instituições apregoam que ‘todos são iguais perante a lei’; e asseguram que todos têm a mesma oportunidade, basta que a competência esteja garantida. As desigualdades raciais persistentes evidenciam que alguns são menos iguais que outros. Mas sobre isso há um silêncio. (Bento, 2002, p. 166). ”

Quais poderiam ser algumas das ações institucionais de combate ao racismo?

Formação/capacitação sobre a temática questão racial na sociedade brasileira e suas repercussões para a saúde pública.

Espaços e fluxo definidos (e conhecidos pelos profissionais e usuários) para acolhimento, denúncia e encaminhamentos de situações de racismo.

Realização periódica e institucional de fóruns e/ou ações para discussão de prevenção e avaliação da existência de discriminação no serviço.

Incentivo à produção de estudos e pesquisas sobre racismo e antirracismo no SUS.

A partir do exposto até aqui, convidamos você a pensar: é possível falarmos em direitos sociais ou em democracia no Brasil sem ações antirracistas? Constatar o racismo nas estruturas, relações e instituições da sociedade, e nada fazer sobre esse tema, já que não me considero racista, é uma atitude coerente com a justiça social e os princípios do SUS?

Vejamos outras expressões do racismo contemporâneo:

Racismo religioso

Racismo contra as religiões de matriz africana é uma prática histórica na sociedade brasileira. Entende-se por racismo religioso um conjunto de práticas violentas que expressam a discriminação e o ódio pelas religiões de matriz africana e seus adeptos, assim como por territórios sagrados, tradições e culturas afro-brasileiras (Ribeiro; Tavares, 2022). O racismo religioso estigmatiza religiões e tradições de matrizes africanas e, ao mesmo tempo, trata outras crenças e práticas religiosas como normalizadas.

Racismo recreativo

O racismo recreativo é a utilização do humor para expressar hostilidade em relação a grupos racializados, é uma forma cultural de difundir o racismo.

Racismo ambiental

A ideia de um racismo ambiental surge na década de 1980 a partir de uma experiência estadunidense. Em 1982, moradores da comunidade negra de Warren County, Carolina do Norte, descobriram que um aterro para depósito de solo contaminado por PCB (Polychlorinated Biphenyls) seria instalado em sua vizinhança. Data daquele ano o primeiro protesto nacional feito pela população negra e intitulado de “racismo ambiental”. A partir desta experiência e da atuação política dos movimentos negros, foi conduzida uma pesquisa que demonstrou que a distribuição espacial dos depósitos de resíduos químicos perigosos, assim como a localização de indústrias mais poluentes nada tinham de aleatório, ao contrário, se sobrepunham à distribuição territorial das populações racializadas e pobres nos Estados Unidos. A criação do termo “racismo ambiental” foi atribuída ao ativista negro estadunidense Benjamin Franklin Chavis Jr.

Hoje podemos dizer que o termo racismo ambiental, inclusive no Brasil, é utilizado para se referir aos processos de discriminação que populações racializadas, periféricas e marginalizadas que são submetidas aos riscos causados pela degradação ambiental. Perceba que saúde e ambiente estão diretamente vinculados aos elementos que compõem o racismo ambiental, assim como a vulnerabilidade social e a pobreza.



Fonte: Freepik.

Genocídio da juventude negra

Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), sobre o perfil das vítimas de mortes violentas intencionais em 2022, em relação ao perfil étnico-racial das vítimas, 76,5% dos mortos eram negros. Negros são o principal grupo vitimado pela violência independente da ocorrência registrada e chegam a 83,1% das vítimas de intervenções policiais.

Encarceramento em massa

Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), no Brasil, atualmente, temos cerca de 832.295 pessoas com a sua liberdade cerceada e sob a tutela do Estado. O relatório nos aponta que os encarcerados são jovens, de até 29 anos (43,1% da população carcerária) e negros (68,2%). O estudo também destaca as persistentes condições de superlotação e insalubridade, assim como a banalização da integridade física e moral das pessoas em privação de liberdade e a sobrerrepresentação negra naturalizada, irradiações do racismo estrutural.



Fonte: Freepik.



PARA SABER MAIS

Para compreender mais sobre as dimensões do racismo religioso, recreativo e ambiental, assim como o genocídio e encarceramento em massa da população negra, acesse:

- [O que é racismo religioso? E qual seu efeito nas crianças?](#)
- [Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil \(2011–2015\)](#)
- [Humor Perverso e Racismo – Canal Preto](#)
- [Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas](#)
- [Você sabe o que é RACISMO AMBIENTAL? – Canal Preto](#)
- [Democracia e Genocídio do Povo Negro e Indígena – Thula Pires](#)
- [Alma Preta – O encarceramento em massa no Brasil](#)
- [O encarceramento em massa, um estado de coisas abominável](#)
- [Encarceramento em massa e necropolítica: agravamento da crise carcerária na pandemia de covid-19](#)

2. Racismo à brasileira: “o país é racista, mas eu não”

No ano de 1995, o Datafolha realizou uma ampla pesquisa sobre preconceito racial no Brasil. Foi um trabalho extenso, destacamos aqui dois resultados encontrados:



DataFolha: 1995

89% dos brasileiros afirmaram que há racismo no Brasil;



DataFolha: 1995

10% dos brasileiros admitiram que têm práticas ou comportamentos racistas.

No ano de 2020, o DataPoder360 realizou nova pesquisa e repetiu essas duas perguntas realizadas pelo Datafolha. Vinte e cinco anos depois, os resultados foram os seguintes:



DataPoder 360: 2020

76% dos brasileiros afirmaram que há racismo no Brasil;



DataPoder 360: 2020

28% dos brasileiros admitiram que têm práticas ou comportamentos racistas.



REFLETINDO

O que você consegue perceber, analisando esses resultados de pesquisas? O que pode explicar esse paradoxo nos dados?

Florestan Fernandes, analisando o racismo e a sociedade brasileira, disse que o “preconceito de não ter preconceito esconde realidade múltiplas, e possui uma teia de efeitos encadeados tão complexa que não há como ventilar esse assunto globalmente” (Fernandes, 1982, p. 128).

Florestan nos provoca a pensar em algumas das contradições postas pela particularidade brasileira, por exemplo, um país escravista e violento, mas também um país situado como cristão, pregando a igualdade. Convivam cotidianamente os preceitos morais do catolicismo e a violência brutal da escravidão.

Vamos explorar essas contradições e refletir sobre elas a seguir.

1

Se o cristianismo pregava a igualdade (todos são iguais perante Deus), como compreender a figura do negro escravizado nesse contexto? Ora, colocando-o no lugar de não humano, de mercadoria.

2

A população negra não era vista como digna de humanidade, logo não apta para a totalidade da “igualdade” cristã, mesmo que o cristão se convertesse.

3

Uma ideia comumente difundida é de que o brasileiro é um povo pacífico e cordial. O brasileiro é um povo mestiço que recebe bem quem chega aqui.

4

Florestan Fernandes olha para esse contexto histórico e nos diz que na sua origem essa negação do preconceito é uma espécie de autodefesa coletiva, um código moral e um sistema de valores desenvolvido pelos estratos econômicos, sociais e raciais privilegiados (os estratos dominantes).

5

Daí a origem de uma espécie de “tradição mistificadora” de um passado colonial que teria sido superado, pois teria havido uma “quase” harmônica convivência entre as raças que teria conduzido o Brasil para o tempo presente como um país que tem na miscigenação uma força.



PARA SABER MAIS

Leia a reportagem [“81% veem racismo no Brasil, mas só 34% admitem preconceito contra negros”](#), do site Poder360, e reflita: é possível que um país seja racista sem que seus habitantes sejam?

Várias explicações e abordagens são propagadas para a questão da raça e do racismo no Brasil. Alguns discursos ainda são frequentes no imaginário da sociedade, na mídia e nos debates em geral em torno da questão e estão destacados nos quadros a seguir para que você analise o que eles indicam.

Discursos frequentes no debate racial brasileiro

“É só parar de falar sobre o racismo que ele acaba”

Esse discurso defende que a discussão sobre o racismo seria algo desagradável, se referindo a esta como uma pauta que divide a sociedade e produz conflitos, devendo ser evitada.

Análise: ao analisarmos essa fala, indica um mecanismo que opera para que o racismo esteja fora das discussões ao pressupor que o desconforto ou o conflito é que são o problema, e não o racismo. Esse discurso contribui para a manutenção das sistêmicas desvantagens da população negra na sociedade, ao naturalizar, por exemplo, que pessoas brancas possam dizer sem nenhum constrangimento que não entendem nada sobre raça e racismo. Como se pudessem ser neutras acerca do racismo, ignorando que se beneficiam da estrutura racista, e admitindo que só o negro teria interesse no assunto.

Discursos frequentes no debate racial brasileiro



“O Brasil é um paraíso racial”



Essa ideia aponta que falar sobre esse tema não só seria incômodo, mas também desnecessário. Afinal, no Brasil, as pessoas supostamente convivem em harmonia, independentemente de raça, cor ou etnia. O argumento se baseia na grande mistura de raças no país, concluindo que, por isso, o racismo não existe.

Análise: essa visão é conhecida como Mito da Democracia Racial, uma narrativa falaciosa que nega que a desigualdade racial entre negros e brancos seja devido ao racismo antinegro. Esse mito defende que há igualdade de oportunidades entre os dois grupos raciais, que somos todos mestiços, logo, iguais e pacíficos. Com isso, nega a estrutura de privilégios, como se as diferenças observadas ocorressem devido ao mérito pessoal. Além disso, compara equivocadamente nossa situação racial com a dos outros países, como se o Brasil fosse um modelo de democracia racial. Esse pensamento está impregnado nas artes, na mídia, nas instituições e em grande parte do imaginário social, apesar de não se sustentar ao analisarmos os indicadores sociais.

Discursos frequentes no debate racial brasileiro



“O Brasil é racista, mas eu não”



Esse discurso admite que o racismo está presente nas relações sociais no Brasil, mas os sujeitos e as instituições não se reconhecem como parte do problema. O enfrentamento da discriminação racial seria apenas como uma questão moral e pessoal, em vez de política e estrutural.

Análise: essa forma de pensar representa o racismo à brasileira, caracterizado pela manifestação implícita, velada, sutil, nem sempre óbvia, tomado como um tabu.

De acordo com Florestan Fernandes, as pessoas e as instituições não se reconhecem como criadoras e recriadoras do racismo, pois têm “preconceito de ter preconceito”. O racismo é tomado unicamente como um traço imoral e socialmente indesejável, de modo que se evita qualquer associação com ele. Assim, ao evitar se deparar com seu papel no racismo estrutural contribuem para o atraso do alcance da igualdade racial e a manutenção do racismo em suas múltiplas dimensões.

Ora, é possível enfrentar um problema sem falar sobre ele? A suposta harmonia racial sobrevive ao exame dos dados da realidade? É possível reconhecer e enfrentar o racismo sem identificar os racistas? Para todas essas questões, a resposta é não.

Finalizamos por aqui, até a próxima!

Referências

- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BENTO, M. A. da S. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514>.
- DATAFOLHA, Instituto de Pesquisas. **Racismo Cordial**. São Paulo: Consórcio de Informações Sociais, 1995.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, F. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.
- KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação, Rio de Janeiro**: PENESB, 05/11/2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>.
- RIBEIRO, M. dos. S.; TAVARES, J. **Terreiros em luta**: caminhos para o enfrentamento ao racismo religioso. Rio de Janeiro: Ilê Axé Omiojuarô, Ilê Axé Omi Ogun siwajú, Criola, 2022. Disponível em: https://criola.org.br/wp-content/uploads/2018/06/cartilha_racismo_religioso_online_distribuicao.pdf.
- WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 535–549, jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>.

CURSO: LETRAMENTO RACIAL PARA TRABALHADORES DO SUS

Racismo: estrutura e funcionamento no Brasil – parte II

Material produzido para o Curso Letramento Racial para Trabalhadores do SUS. Esta é uma produção desenvolvida pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz.

Realização:



CAMPUS
VIRTUAL
FIOCRUZ



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Apoio:



FIOCRUZ



PROGRAMA
INOVA FIOCRUZ



SUS

MINISTÉRIO DA
SAÚDE



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO